

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR MATO-GROSSENSE - CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS PRELIMINARES.

Carmen Alice Chavarelli da Silva.³⁷³

Uma rápida visão histórica mostra-nos que o descaso pela educação e, conseqüentemente, pela formação do professor permeou vários períodos da estrutura social mato-grossense.

Tal situação se justifica quando analisamos as circunstâncias que marcaram a trajetória percorrida desde a criação da Capitania de Mato Grosso em 1748 até os anos de 1980.

A descoberta do ouro nos sertões de Mato Grosso, no período colonial - segunda década do século XVIII - desencadeou o deslocamento em massa de paulistas para as regiões auríferas. Com o esgotamento das jazidas, passa a Capitania por anos de empobrecimento e isolamento, ficando submetida por um longo tempo à lavoura de subsistência, fabricação de açúcar, derivados da cana e criação de gado. Tais produtos, em decorrência de longas distâncias que separavam a Capitania dos centros de consumo, não se prestavam à exportação, ficando reduzida ao mercado regional.

A pequena exportação existente, no transcorrer do século XIX e início do XX, se ajustará a produtos extrativos como a ipeca, erva-mate e seringa, e derivados da pecuária, como o charque e couro, que obtinham relativo valor no mercado de exportação.

Desta forma a formação social baseada numa organização econômica agropecuária e extrativista impôs uma sociedade, rigidamente, inflexível desembocando num regime oligárquico que caracterizou a sociedade mato-grossense por um longo período.

Neste contexto, a educação se torna desnecessária, onde uma economia eminentemente criatória, extrativista e agrícola processava-se de forma extremamente rudimentar, perdurando tal situação até o período republicano.

O texto de Gervário Leite expressa com bastante clareza a situação da educação em Mato Grosso neste período:

"Do exame sumário que fizemos à instrução na província, no período colonial e imperial, não foi além digamos da fase inicial de preparação. Não somente a escassez de mestres, de cuja falta ainda hoje ressentimentos, nem da incompreensão dos pais á escola. Havia acima de tudo falta de dinheiro nos cofres para acudir às necessidades inadiáveis que assoberbaram o ensino".³⁷⁴

Na segunda década deste século, o sul do Estado é cortado pela ferrovia Noroeste do Brasil que o ligará a São Paulo, fortalecendo o sistema de trocas econômicas, facilitando a entrada de novas idéias, enfraquecendo o papel da primazia que Cuiabá exercia no sul do Estado em favor de Campo Grande.

De 1930 a 1950 assiste-se, no centro/norte de Mato Grosso, a um período de grande retração econômica, em decorrência, principalmente, do fechamento das usinas de açúcar e da desvalorização da borracha no mercado mundial. Aliado a esta situação, o poder político está entregue alternativamente nas mãos de duas famílias, o que configura o já mencionado sistema oligárquico.

As inúmeras reformas efetuadas pelos governos, na esfera educacional, aparecem como meros paliativos, e mesmo a criação de várias escolas normais para a forma-

373 -Professora do Departamento de Educação - ICHS - UFMT - Campus de Rondonópolis.

374 -LEITE, Gervásio - Um século de instrução pública (história do ensino primário em Mato Grosso). Ed. Rio Bonito - Goiânia, 1970.

ção de professores ao nível de Iº grau, espelha, na prática, resultados ineficientes em decorrência de um ensino tradicional e verbalista, como também pela presença de elevado número de professores leigos.

Na década de sessenta, em conseqüência da interiorização da capital federal e da abertura de novas fronteiras agrícolas, através de programas governamentais, tais como PIN, PROTERRA, POLOCENTRO, chama-se a atenção nacional para o Centro-Oeste, conseqüentemente para o território mato-grossense. Tais programas carregam consigo grande quantidade de capitais, levando alguns dos latifundiários mato-grossenses a opor pequena resistência às ofertas de compra de suas propriedades, feitas por pessoas oriundas, principalmente, do sul do país, que trazem consigo não somente novas idéias, mas, também, muita experiência no cultivo agrícola.

Todo esse movimento se explica pela entrada do capitalismo, que, em sua necessidade de expandir as fronteiras de sua ação, chega para ficar.

Todo esse processo vem caracterizar e refletir nas propostas educacionais do período. Em 1961 é aprovada a Lei Federal nº 4024/61, também chamada de Diretrizes e Bases, e sua implantação se efetiva num período repleto de lutas e pleno de crises. Desta lei são elaborados pareceres com a finalidade de favorecer a implantação da mesma. Entre eles queremos destacar o de nº 292/61, que dispõe sobre o conjunto de disciplinas de formação pedagógica, fazendo parte do nosso objeto de estudo, apesar de no momento da aprovação e implantação da referida lei não existir ainda em nosso Estado escola superior para a formação do professor.

Em 1963, realiza-se o primeiro congresso mato-grossense de educação e saúde, onde, pela primeira vez, vamos encontrar a idéia de planejamento e de neutralidade da educação. Idéias essas já difundidas e aplicadas nos Estados mais desenvolvidos da Nação, a partir dos anos 20, e que, em Mato Grosso, chegam a ser veiculadas apenas como teorias, como idéias nos anos sessenta. Podemos observar tais propostas em Humberto Marcílio ao relatar a síntese dos trabalhos apresentados no congresso:

"g- o afastamento das interferências político-partidárias nos setores de ensino e saúde;

h- a substituição da improvisação administrativa pelo planejamento, no setor da Educação".³⁷⁵

No mesmo ano cria-se o Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento do Magistério e o primeiro curso de Supervisores, ambos para habilitar os leigos que, dedicados ao magistério, na época, constituíam-se em mais de 60% do total do professorado estadual.

Alguns trechos da obra de Gilberto Alves podem dar idéia da situação em que se encontrava a educação e mais especificamente a formação de professores.

"a ocorrência de recrutamento de pessoal docente com base em critérios políticos, insinua a existência de uma mentalidade conservadora nos quadros políticos, que detém o poder em algumas regiões. Isso é, procuram manter a educação como suporte de um sistema político tradicional".³⁷⁶

Alves, também, faz referência à formação do professor ao nível de Iº grau cuja atuação, depois de formado, se restringia, na década, à zona urbana. O panorama se expressava da seguinte forma: currículo enciclopédico, cujas disciplinas obrigatórias, exceto metodologia e prática de ensino, só aparecem no terceiro e último ano. No total da carga horária, somente 13% era dedicada à Prática e Metodologia do Ensino. A carga horária, destinada às disciplinas de fundamentação científica, se expressava de forma insuficiente em apenas doze horas semanais. Mas, o principal problema, a nosso ver, se sustenta na falta de preparo do professor para ministrar tais cursos que, mui-

375 - MARCÍLIO, Humberto. História do Ensino em Mato Grosso. Publicação SEC. 1963.

376 - ALVES, Gilberto Luiz. O Ensino em Mato Grosso. SEC/PIEMAT, 71/75.

tas vezes, possuíam apenas o segundo ciclo completo. Este fato se explica pelo caso de o Estado, na época, não possuir uma Universidade para preparar professores ao nível de segundo grau, sendo, portanto, os docentes recrutados entre profissionais liberais, padres, militares e até professor do ensino primário.

Segundo Alves:

"produto desta escola normal defasada, o professor normalista não recebe o mínimo preparo técnico-pedagógico para assumir as responsabilidades de sua profissão".³⁷⁷

Com a crise política de 1964, o Estado Federal, ao tomar o poder, o faz através da ideologia, cuja variante se expressa pelo liberalismo autoritário. De fato, esse autoritarismo se manifesta, quando exclui a sociedade civil das decisões referentes ao destino da nação, e, ao fazer isso, não somente retira da população o poder de se fazer representar através de seus líderes, bem como, as suas necessidades e interesses.³⁷⁸ Várias medidas tomadas retiraram da população o direito de organizar sindicatos, pois é através deles que a consciência ingênua se converte em consciência crítica, possibilitando, destarte, o conhecimento de fins e do destino da Nação.³⁷⁹ Estes reflexos mediarão todos os setores da sociedade, inclusive a educação, que se vê coagida a circular no âmbito do meio, conseqüentemente, restando aos profissionais o recurso muitas vezes de meros executores.

Assim, para compor este novo governo, alguns intelectuais são requisitados, pois subjacente está a crença de uma ciência neutra sustentada pelo planejamento como recurso eficaz e eficiente capaz da racionalização de todos os setores sociais.³⁸⁰

A partir de 64 a educação se apresenta como instrumento utilizável para tornar estável o sistema, ao fazer parte do planejamento global. Há por parte do governo a aceitação da economia educacional e do modelo tecnicista. O novo governo deverá conseguir, rapidamente, conter o protesto estudantil e da classe trabalhadora, junto à crise econômica, assegurar um governo forte e sem a participação popular.

Isto foi possível através da repressão pela força militar, mas também pelo planejamento social elaborado pelos tecnocratas e com a ajuda internacional atuando nos setores políticos, econômicos e educacionais (via acordos MEC e USAID).

377 -Idem.

378 - Segundo Gramsci (Portelli, 1977), na sociedade política (governo, exército, polícia) se concentra o poder repressivo da classe dirigente, e na sociedade civil, constituída pela chamadas associações privadas (igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicação de massa), a classe dirigente busca o consentimento dos governados, através de uma ideologia unificadora. Na sociedade civil circulam ideologias, nela, a classe no poder pode chegar à hegemonia, quando as classes subalternas aceitam e assimilam a concepção de mundo dos dirigentes e ela passa a constituir o senso comum. Para essa função hegemônica, as instituições privadas, como a escola, e os intelectuais, no nível de difusão de ideologia, têm função indispensável.

379 - A escola é apresentada pela ideologia dominante como um meio neutro, desprovido de ideologia, destinada a elaboração e transmissão da cultura, voltada apenas para o bem do aluno, o desenvolvimento de suas potencialidades, a formação integral de sua personalidade, sua conscientização, a formação do bom cidadão, o progresso e desenvolvimento da sociedade. A educação ao propor o saber desinteressado, a ciência neutra, a técnica a serviço da humanidade, a escola para todos, impõe a todas as classes sociais a visão de mundo da classe dominante, seus valores, sua conduta. Ela, camufladamente, desenvolve um trabalho político, impondo ao educando o seu modo de pensar, ou seja, a sua maneira de entender e explicar a sociedade, a família, o trabalho, o poder e a própria educação, utilizando, para efetivar esse trabalho, o intelectual, ou seja, no caso educacional, o professor.

380 - Marco Antonio Vilela Pamplona, ao tratar da questão dos intelectuais em Gramsci, afirma que podemos observar uma ampliação do conceito de intelectual, onde este passa a ser definido pela sua função de organizador na sociedade, em todas as esferas da vida social. "Por intelectual, é preciso entender não somente as camadas sociais que tradicionalmente são chamadas de intelectuais, mas, em geral, toda a massa social que exerce a função de organização num sentido amplo: quer estas sejam no domínio da produção, da cultura ou da administração pública". Muitos professores não têm consciência real de sua função como reproduzidor de ideologias da classe dominante. E esta, sabendo ser a educação um instrumento importantíssimo de inculcação ideológica, mantém-se em constante vigilância, pois, ao assumir o controle pelas classes subalternas, representa um grande avanço em sua luta política. Apesar de toda a vigilância, as contradições próprias da sociedade capitalista abrem espaços, que também são construídos pelo movimento político da população. É desses espaços ou brechas que pode e deve valer-se o professor para difundir uma concepção de mundo mais real e comprometida com solução para as desigualdades e injustiças sociais, concepções que se fortalecem na prática concreta com a melhor atuação da escola. Esta melhor atuação remete à reflexão sobre os fatores internos da escola e a necessidade de sua transformação. Há o que transformar em e na relação entre conteúdos, métodos e objetivos, há que pensar no principal agente dessa prática, o professor, fator significativo na realização ou não da função social da escola. Sua formação e sua prática é que lhe garantem a possibilidade de decidir sobre o conteúdo escolar, sobre formas de organizá-lo e sobre objetivos de sua ação.

Em particular, as funções do Estado, no que visa a economia, serão redefinidas e, nesta conjuntura, contam com o esforço do Executivo e de órgãos como o SNI. Assim, o grande esforço do Estado vai ser concentrado na atividade econômica, com o aumento de exportações e expansão industrial, atividade que se desenvolve com a aplicação maciça dos capitais estrangeiros.³⁸¹

Em Mato Grosso é possível detectar a implantação do regime autoritário, através da legislação, normas e coerções aplicadas em todas as instituições públicas e particulares. A própria eleição indireta do governador é indicador do que acontece no plano político. Nessa conjuntura, as mudanças não são sentidas por todos em virtude de estarmos acostumados a um regime autoritário de longos anos. O certo é que as marcas do sistema oligárquico, mantendo ainda o povo preso em suas garras, nesse período, não permitiram que o plano do senso comum fosse ultrapassado, no que se refere às reivindicações e participações políticas.

No plano econômico, até então vigorava no Estado mato-grossense o processo de trabalho cooperativo simples no setor agrícola, ou seja, os trabalhadores realizavam as mesmas tarefas, ou tarefas muito semelhantes, por ser o sistema desprovido de técnicas desenvolvidas. À medida que o capital passa a ditar as regras com mais rigor, pequenos proprietários são tragados por aqueles que detinham os meios de produção e, gradativamente, se instala o processo produtivo de trabalho cooperativo complexo. Paralelamente, tem início a instalação da divisão técnica do trabalho, surgindo um pequeno contingente de operariado, e, ocasionalmente, também, um aumento da classe média, composta em sua maioria por funcionários públicos.

Diante de todas as transformações ocorridas nos aspectos político, econômico e social, o sistema educacional e, particularmente, a formação de professores, permaneceu parado, estagnado, contribuindo para que cada vez mais se evidenciasse o distanciamento da educação para com os outros setores do sistema. Não somente a má qualificação dos professores contribuiu para a ineficiência do ensino de 1º grau, como também a falta de uma visão dos administradores, que legaram total autonomia às escolas, em função da ausência de coordenação dos órgãos superiores.

Certamente as maiores prejudicadas com tal situação foram as crianças pertencentes às classes média e baixa, pois as de melhor poder aquisitivo freqüentavam as escolas particulares, dirigidas quase sempre por religiosos, cujos colégios tinham considerável equipamento e corpo docente melhor preparado.

Com a lei nº 1754 de 09/03/1966 criou-se o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, que oferecia os cursos de matemática, história natural, geografia e letras. Posteriormente, ao ser reformulado, criou-se ainda os cursos de química, física e pedagogia. Os cursos do ICLC destinavam-se a preparar os professores para atuar no ensino de 2º grau. Neles, através dos professores formados nos grandes centros, principalmente, os pertencentes ao curso de pedagogia se empenharam em divulgar as idéias da escola nova, através de estudos de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, etc. Essas idéias, ao que parece, não ultrapassaram o plano do discurso, pois o aluno/professor continuava, na prática, a agir de forma tradicional. É possível que dois fatores tenham determinado este estado de coisas: primeiro, os professores não dominavam os concei-

381 -Podemos dizer que a partir do modelo político e econômico implantado em 1964, a educação assume força estratégica dentro do planejamento global da sociedade, como um dos instrumentos utilizáveis para tornar estável o sistema, colaborando na adequação da realidade brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico. E, se o desenvolvimento com segurança era o lema do nosso governo, resolver a crise educacional era urgente. E se o planejamento e a técnica valiam para outros setores, na educação, também, a racionalização se impôs, trazendo aspectos da ideologia da empresa, adaptados à escola. De acordo com Acacia Kuenzer e Lucília Machado, a racionalização surge tendo como preocupação o controle do processo produtivo. Frente a problemas de produção gerados por necessidades novas no desenvolvimento capitalista, torna-se necessário racionalizar o processo de produção e passar o controle e planejamento dos trabalhadores para o gerente. Isto significa uma divisão entre decisão e execução e o empobrecimento do trabalho de quem executa parte de um trabalho dividido, sem lhe atribuir finalidades, já que quem controla o planejamento do todo é quem decide. Esta racionalização se aperfeiçoa na Teoria Geral dos Sistemas, proposta que vem se tornar possível, no Brasil, a partir de 64, quando o Estado faz esforços para reorganizar o processo produtivo e demais setores da vida social. E a racionalização, assumindo feições de concepção dominante de mundo, indo do planejamento para maior produtividade ao controle social que limita a participação das massas em decisões.

tos e princípios do modelo de ensino, oferecendo, assim, idéias fragmentadas e vagas; segundo, o aluno / professor, ao deparar com a realidade, como por exemplo, classes numerosas, sentia-se impedido de aplicar os conceitos e princípios assimilados.

A universidade, inicialmente, não se expressa ainda como casa de ensino de 3º grau. Por um lado, o corpo docente, angariado em corporações como o exército, o clero e servidores públicos, traz não apenas sua forma de estar no mundo, mas também os moldes para construí-lo. Por outro lado, em muitos cursos, os professores revelam o desconhecimento da formação pedagógica, e, assim, seu único fazer constituía-se numa exposição oral e no resumo no quadro de giz.

Com o Governo de Pedro Pedrossian (1966/1970), a importação de técnicos se faz sentir de maneira maciça em todos os setores administrativos, inclusive no âmbito educacional. Implanta-se a filosofia do planejamento, da técnica, da racionalização, da neutralidade (veja nota 378).

A crise nacional gerada nos anos 60 aponta para a classe média, como forma de ascensão social, a hierarquia ocupacional nas grandes empresas, que pedem pessoal altamente qualificado. Nessa conjuntura, há um crescimento da demanda da classe média pelo ensino superior e, conseqüentemente, insatisfação da classe trabalhadora pela falta de vagas. Os protestos e a rebelião se fazem presentes implicando numa maior repressão e no convencimento ideológico como medidas governamentais para conter os descontentes.

Neste embate de forças, as negociações se fazem necessárias, e, assim, no recinto da educação, elas se fazem presentes, conduzindo o governo a propor reformas nos cursos superiores com a lei nº 5540/68.³⁸² Esta se constitui entre ampliação e contenção, democratização e reprodução dos quadros existentes.

A defasagem entre o modelo econômico e a educação vigente estava presente na consciência do grupo de trabalho que elaborou a reforma universitária, e, assim, a proposta da racionalização administrativa, a criação dos cursos de curta duração e o aproveitamento de recursos se fazem presentes.

A lei 5540/68 instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média; de fato a escola média devia preparar alunos tanto para atuarem no mercado de trabalho, como para ingressarem no ensino superior. A reforma do ensino superior, em 1968, e a do secundário, em 1971, refletem a preocupação do governo em:

a- controlar a oferta de vagas, parcela, da população no ensino superior, e a profissionalização do 2º grau;

b- proporcionar o ensino secundário, pela profissionalização, e a não aspiração ao curso superior.

382 - O planejamento no caso da educação foi a reorganização do ensino - leis 5540/68 e 5692/71 - buscando racionalizar os aspectos administrativos pedagógicos, tendo em vista atingir os requisitos do modelo político e econômico vigentes. A resposta da Tecnologia da Educação aos problemas propostos traz a necessidade de especialização, desde a constituição de quadros tecnicamente muito competentes que preparam as grandes decisões, até a presença de especialistas na escola. Se a especialização dos técnicos lhes possibilita uma relativa independência nos quadros políticos, o controle geral e a concentração de poder se instalam sob a aparência da neutralidade científica. Os mecanismos de controle social retiram dos cidadãos as possibilidades de participação política, de decisão sobre seu destino social. Instala-se para a maioria da população, mesmo para parcelas significativas das camadas altas, a situação de mero executante de um plano global. O professor, em seu trabalho, reforça essa situação, pelo novo modelo implantado - ele circula apenas no âmbito dos meios, pois não participa do controle do processo como um todo e não decide sobre os fins da educação.

Desta forma fica expressa a maneira pela qual a divisão técnica do trabalho foi implantada nas escolas utilizando-se de especialistas, que circulam no recinto burocrático em decorrência da instituição escolar não cobrar o desempenho esperado, ou seja, oferecer ensino adequado à sua clientela, hoje muito mais numerosa e expressiva. Diante de tal situação, o conteúdo do saber não é exigido do profissional e nem é objeto de sua discussão em função da clientela para a qual se destina. A qualidade do ensino passou para segundo plano, e o conteúdo formal, a burocracia, exerce função predominante, restando ao especialista, como único recurso, oferecer aos professores os meios através dos quais se deve efetuar o ensino na sala de aula. Assim, comumente, se verifica nas escolas que o professor sabe, por exemplo, estabelecer objetivos operacionais de leitura e escrita, mas não sabe como ensinar a ler e escrever com sucesso à clientela que povoa sua escola.

De acordo com Salgado³⁸³, a lei 5692/71 mudou substancialmente o então curso primário integrando-o ao antigo ginásio, para formar o 1º grau. A organização sistêmica, voltada para uma integração horizontal e vertical, teve repercussões no ensino, repetindo no interior da escola o processo de centralização e de globalização do sistema.

A proposta curricular do primeiro grau é a de voltar-se para a sondagem de aptidões, e a do segundo grau, para a habilitação profissional, existindo a preocupação com a integração, continuidade e terminalidade.

Quanto aos conteúdos, terão um núcleo comum obrigatório em todo o território brasileiro e uma parte diversificada para atender às peculiaridades de cada região. O parecer nº 853/71 fixou o núcleo comum para o primeiro e segundo graus de ensino e definiu o tratamento metodológico ao conteúdo, ao assinalar o sentido de atividades, áreas de estudos e disciplinas; as primeiras devem ser vividas predominantemente nas séries iniciais, as segundas, constituídas por integração de conteúdos afins, devem predominar nas séries finais do primeiro grau, e as disciplinas, compreendendo conhecimentos sistematizados, deviam prevalecer apenas no segundo grau.

Em que medida estas reformas influenciaram a formação do professor e especificamente a disciplina didática em Mato Grosso ?!

Para melhor entender o processo é necessário tomar conhecimento de que, na década de setenta, Mato Grosso encontrava-se em uma nova era, um novo tempo, se consideramos o processo de sua evolução econômica, política e social.

A filosofia do desenvolvimento ao adentrar o espaço estadual encontra terreno fértil e logo se espraia em todas as direções, fundamentalmente, no centro/norte do Estado, que abriga em seu interior grande contingente de migrantes que, vindos dos mais variados estados da Nação, principalmente da região sul do território brasileiro, entram em confronto com os nativos pelo novo estilo de vida capitalista - que trazem consigo - e para o qual, os residentes não estavam preparados, pois até então seu estilo de vida era baseado na acomodação e passividade.

Aliados aos novos contingentes humanos, verifica-se a implantação de novos meios e técnicas de produção. O setor econômico assume uma nova roupagem, ou seja, uma outra divisão de trabalho é incorporada e uma nova relação de produção se estabelece entre os que detêm os meios produtivos e os que vendem sua força de trabalho.

O atual processo de desenvolvimento do Estado apresenta-se calcado na influência das relações capitalistas de produção no meio rural, onde o grande empreendimento é a chave do sucesso, com a solicitação de grandes investimentos, na maioria das vezes, oriundos do sul do país e não raro do exterior.

Delineia-se um novo perfil de espaço, no qual, nos meios de comunicação, as estradas asfaltadas entram pelo interior unindo núcleos e cidades, mas, principalmente, levando idéias e ambições pela acumulação do capital, gerando o desenvolvimento, mas, com ele, maior número de homens que expropriam ou são expropriados.

Na década de 70, Mato Grosso se coloca como pólo centralizador capaz de absorver o excedente populacional de outras áreas, principalmente para a zona rural.

E no vazio do norte que se instalam as empresas colonizadoras, de caráter público e privado, gerando novos núcleos urbanos, redefinindo o sistema fundiário, incrementando a produção agrícola e redesenhando, pelo fracionamento de unidades maiores, a divisão do Estado.

A idéia de planejamento permeia todos os setores administrativos, pois é através deles que os técnicos tomarão decisões de cima para baixo e, conseqüentemente, exercerão o controle e a coerção nas esferas sociais. Assim, o planejamento, que engloba um projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Mato Grosso, é aplicado nas zonas rurais, com a finalidade de atender aos grandes e médios produtores. Os proje-

tos como o POLOCENTRO, PROMAT, PIN, POLAMAZÔNIA são incentivados, sendo coordenados pela SUDECO e, para favorecer a implementação desses projetos, surgem a EMATER/MT, CASEMAT, SENAR/MT e CODEMAT.

Na esfera político social, os nativos fecham-se em grupos para tentar manter sua hegemonia, porém, sua sustentação é feita pelos que detêm o capital. Nesse espaço, o interesse nacional, com resquícios do Coronelismo, predomina, e as barganhas são feitas sem nenhum escrúpulo ou receio. Prevalece um sistema político de cabresto, sendo, portanto, bem possível que boa parte da população do Estado exista sem consciência política, o que conduz, irremediavelmente, à aplicação de ameaças e coerções, feitas em outras regiões do país em décadas anteriores.

A política de abertura de grandes extensões de terra à colonização trouxe como consequência milhares de famílias que se instalaram em diversos pontos do Estado de Mato Grosso.

Segundo Silva, Jovam Vilela da³⁸⁴, a demanda migratória, nos últimos três anos da década de 70, havia ultrapassado a cifra de 36.340 migrantes.

Todo esse contingente de pessoas veio ocasionar um crescimento vertiginoso da capital, trazendo como resultado a ocupação de sua zona periférica e, em paralelo, grandes problemas sociais para toda a população. Tal situação foi ocasionada por vários fatores, devendo alguns serem considerados: grande número de famílias migrantes que, por diversas razões, ao chegarem a Cuiabá não prosseguem viagem em direção às zonas novas de colonização; a frustração da experiência colonizadora impulsiona muitas famílias a regressarem à Cuiabá; a busca de um melhor emprego por muitas das famílias provenientes da zona rural do próprio Estado.

Esse vertiginoso crescimento demográfico vai repercutir diretamente na produtividade da escola. Esta, por encontrar-se despreparada para atender às necessidades de todos que procuram nela ingressar, tem como resultado a evasão e a repetência.

Tanto o complexo escolar como o professor foram apanhados de surpresa. O professor sentindo-se cada vez mais inseguro no desempenho de suas funções joga culpa na legislação. Não percebe que sua insegurança é devido à formação inadequada, fragmentada, a que foi submetido, esvaziado, tanto da posse do conteúdo do saber, como das técnicas de transmissão para resolver os problemas do ensino.³⁸⁵

A Universidade Federal de Mato Grosso, criada após a reforma universitária de 1968, incorpora a Faculdade Federal de Direito e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, levando consigo seus professores.

Em consonância com o discurso liberal, a UFMT é apresentada como o lócus a que todos têm acesso e no qual se nivelam as diferenças sociais. Sua criação é considerada uma resposta às reivindicações da classe média por melhores oportunidades educacionais, para seus filhos impedidos de se deslocarem para os grandes centros estudantis de outras regiões do Brasil.

A própria época de sua criação, após a lei 5540/68, pode servir para justificar a prioridade dada às áreas técnicas, com a predominância do treinamento científico sobre a formação geral, em detrimento de áreas como a de ciências sociais e humanas, que são desvalorizadas. Enfatiza-se a produtividade, eficiência, racionalidade, operaci-

384 -SILVA, Jovam Vilela da. A Divisão do Estado de Mato Grosso - (uma visão histórica - 1892/1977). PUC. Porto Alegre.RS. 1982 (Dissertação de Mestrado - mimeografada).

385 -Especificamente no Estado de Mato Grosso, aliado ao momento em que vive a educação brasileira, o problema toma maiores proporções na medida que considerando a chegada , nos últimos anos da década de 70, de grande contingente de migrantes - em sua maioria gaúchos, paranaenses e goianos - tanto em busca de terras baratas, como para trabalhar nas lavouras como assalariados volantes. Com a divisão do Estado em 1977, a situação que já era bastante grave, tornou-se dramática, na medida que o governo federal, ao elaborar "Programas Especiais de Desenvolvimento", incentiva, ainda mais, a migração para ocupar os espaços vazios existentes, promovendo, assim, "a interiorização do desenvolvimento brasileiro". Esse significativo aumento do contingente populacional que, ao fixar-se tanto no interior do Estado como na zona periférica das cidades, procura escolas para seus filhos, vem complicar ainda mais o problema educacional. A rede escolar é atingida diretamente, pois estava despreparada para receber essa nova clientela que em sua maioria é rejeitada, expulsa do sistema escolar, quer pela falta de vagas, quer pelo processo de seleção - evasão e repetência. Se o complexo escolar foi pego de surpresa, imagine o professor.

onalidade e controle. Nessa conjuntura o professor eficiente será aquele que, ao invés de dominar o conteúdo específico de sua disciplina, tiver o domínio desses princípios.

Diante da situação apresentada, como fica a situação da Didática? A ela cabe a tarefa de preparar o professor dentro do espírito do tecnicismo ?

Segundo Vera Maria Candau:

"A formulação dos objetivos instrucionais, as diferentes técnicas e recursos didáticos, constituem o conteúdo básico dos cursos de didática. Modelos sistemáticos são estudados, habilidades de ensino são treinadas e são analisadas, aprendizagem para o domínio, modelos de ensino, etc. ".³⁸⁶

Nessa conjuntura, o método foi substituído pela estratégia, que, ao despreocupar-se com o processo mental do aluno, desloca-se para os resultados, assim, a maior variedade de meios serão oferecidos para os alunos, para o alcance de objetivos operacionais no mesmo espaço de tempo. Além disso, a escola, ao ser vista como um sistema, tem a mudança dos comportamentos avaliados para identificar os desvios com o uso da retroalimentação.

A valorização das estratégias descaracteriza a função dos conteúdos e dos objetivos, fragmentando de forma mais acentuada o conhecimento, visto que o mesmo não está relacionado com os fins da educação.

A técnica aparece como algo livre de influências político-ideológicas, desloca-se, portanto, a preocupação para os meios, desvinculando-os dos fins a que servem, ou seja, do político. Nesta situação, a prática pedagógica do professor, ao separar-se do social, se restringe, exclusivamente, às variáveis internas do processo ensino-aprendizagem. Na verdade, a divisão do trabalho, ao permear a sociedade civil, impossibilita aos seus agentes a clareza dos fins sociais e, ao penetrar nas Universidades, carrega consigo o mesmo fenômeno. Portanto, a fragmentação dos conteúdos traz implícita, na formação do professor e na disciplina didática, a impossibilidade de relacionar o teórico com o prático.

Nestas circunstâncias, a Didática aparece solta numa grande estratosfera de meios, justificando-se pela eficiência dos resultados, restringindo a especificidade de seu conteúdo.

Essa teoria tecnicista, ao privar o professor de apreender os princípios e conceitos básicos de cada disciplina teórica, impossibilitou-o de relacionar as diversas áreas do saber que são interdependentes, e, portanto, articuladas entre si. Resta-lhe o recurso de navegar na prática pedagógica, sem possuir o controle do leme, que são os conteúdos, sem vislumbrar o lugar seguro a ancorar, os fins da educação.

Este saber a que nos referimos é o conhecimento de validade universal, que desvenda o real e pode desmontar a ideologia, sendo, portanto, fonte de transformação.

Vicente Petit³⁸⁷ nos dá a clareza de que este conhecimento pode, na escola, ser falseado em ideologia influente pelos interesses de manipulação da classe dominante, mas é a sua legitimidade que justifica a própria existência da escola. E o saber legítimo é o conhecimento, produto da atividade concreta dos homens, que resulta do seu estar no mundo.

Vieira Pinto³⁸⁸ diz que o saber e a prática, postos em relação que não é imediata e direta, são os componentes da história da humanidade. O homem, como espécie, vem dominando a natureza e se criando a si próprio, produzindo bens e desenvolvendo a própria subjetividade. Vai tomando consciência de sua racionalidade e ao mesmo tempo criando formas culturais avançadas. O saber acumulado é transmitido e é ponto de

386 - CANDAU, Vera Maria. A Didática e a Formação de Educadores: da exaltação à navegação - a busca da relevância. Texto apresentado no seminário: A Didática em Questão. RJ. Exemplar mimeografado.

387 - PETIT, Vincent. As contradições de "A reprodução, in, Cadernos de Pesquisa n° 43.

388 - PINTO, Alvaro Vieira. Ciência e Existência. (Capítulo II, IV e VI). Ed. Paz e Terra. RJ. 1979.

partida para novas etapas de desenvolvimento humano. Essa transmissão é organizada socialmente na educação. E a escola que deverá cuidar de cultivar e transmitir o conhecimento de um mundo criado pelos homens, isto é, o saber necessário ao indivíduo para enfrentar determinada conjuntura vital, que não é qualquer saber, mas é conhecimento datado, vinculado a condições históricas e sociais determinadas. Trata-se de conhecer o mundo físico e social, conhecimento que se dá nas relações entre os homens, seres situados em grupos ou classes sociais.

Então, quando falamos de integração do saber, do saber único, estamos nos remetendo a essa compreensão de mundo, que, por mais que seja setORIZADA, em termos de compreensão do específico, tem de ser dialeticamente remetida à totalidade, para permitir uma visão não fragmentada do real.

Só o conhecimento não transforma o social, mas pode ser ponto de partida para uma prática social transformadora. Daí a nossa preocupação, na formação do professor, com o conteúdo que ele recebe e que lhe deve fornecer possibilidade de uma síntese, para que possa, na prática, selecionar e organizar o que será o conteúdo de seus alunos.

Daí que, em nossa concepção de licenciatura, as disciplinas da área de formação "de conteúdo" devam possibilitar ao futuro professor o saber único, que o instrumentalize para uma relação mais articulada com o real e, portanto, para uma inserção mais adequada na prática social.

A maneira como o sujeito apreende ou domina um determinado conteúdo (saber) direciona o modo como lida com ele e, conseqüentemente, como pensa e desenvolve o seu ensino.

Warde³⁸⁹, ao tratar da universidade e a formação de professores, afirma, retomando Vieira Pinto, que desenvolver o saber crítico na Universidade é "levar o aluno a saber que sabe, porque sabe e como sabe". Afirma, ainda, que quanto melhor o professor domina o saber e o processo de criação deste saber, mais facilmente terá condições de traduzi-lo em conteúdo "didaticamente assimilável". Nessa perspectiva é que consideramos que a Didática dentro do processo de formação de professores tem a função de preparar o futuro professor para "tratar" o conteúdo, saber transmiti-lo na sua dinamicidade, ajudando o aluno a pensar, a articulá-lo à sua prática social. Isto implica em saber para quem transmitir esse conhecimento, como transmitir e por que transmitir.

Desta forma, a Didática deixa de ser uma disciplina que trata de técnicas de ensino, do como fazer, sob a forma de receituário ou de fórmulas, para ser o elo de ligação entre uma concepção mais ampla de educação, uma determinada concepção do saber (conteúdo de uma área de conhecimento) e a prática pedagógica, possibilitando não só a escolha do conteúdo, mas a abordagem metodológica adequada às concepções que mantém. Deve, enfim, oferecer ao professor uma instrumentalização "crítica" para que chegue à sala de aula, sua esfera próxima de ação, sabendo não só o conteúdo, mas sabendo transmiti-lo bem, sabendo por que faz deste modo e não de outro, decidindo, enfim, sobre conteúdos, métodos e objetivos, de forma unificada, conseqüente e comprometida com seus alunos.

Uma análise mais profunda dessa questão nos ajudará, provavelmente, a detalhar uma proposta de Didática que concretize o que Luckesi³⁹⁰ afirma em relação a seu papel na formação de professores e que sintetiza o que vimos desenvolvendo: "A Didática só virá entrar no mérito da questão se servir como mecanismo de tradução prática, no exercício educacional, de decisões filosóficas - políticas e epistemológicas de um projeto histórico de desenvolvimento do povo".

389 - WARDE, Mirian Jorge. A Universidade e a Formação de Professores para Educação Geral no Ensino de 1º e 2º Graus. In, Educação Brasileira. Rev. do Cons. de Reitores das Universidades Brasileiras - Brasília, 1980 (5). 53.

390 - LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador. Texto apresentado no seminário a Didática em Questão. RJ. 1982. exemplar mimeografado.

Mas, nos últimos anos, em decorrência das situações concretas existentes, uma nova composição social aparece no cenário nacional fazendo pressão, reivindicando seus direitos através de greves e lutas sindicais. Frente a esta situação que reflete as conseqüências das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, o mesmo se vê forçado a fazer concessões, e, assim, ocorreu a chamada abertura como resultado das lutas e esforços da sociedade civil.

Nessa conjuntura tornou-se possível o aparecimento, no campo educacional, de um espaço, onde a crítica ao sistema educacional já vem sendo efetivada. Esta crítica fez a denúncia da falsa neutralidade do técnico e, conseqüentemente, o desvelamento dos reais compromissos políticos e sociais.

A UFMT, criada sob a influência do tecnicismo, vem, em sua curta existência, produzindo técnicos que ao se formarem são absorvidos pelas várias secretarias do Estado, sobretudo ocupando quadros estratégicos na Secretaria de Educação e, principalmente, nas salas de aula de 1º e 2º graus nas principais cidades mato-grossenses.

Mais recentemente, a própria UFMT, através de seus docentes, principalmente os ligados às licenciaturas, empenha-se em desencadear uma reflexão crítica sobre a educação mato-grossense nos três graus de ensino.

Acreditando na possibilidade de contribuir com a melhoria da educação é que inicialmente desenvolvemos um estudo histórico preliminar sobre as tendências que influenciaram na formação do professor. Esse se constitui num ponto de partida para se chegar a propor alternativas que possam colaborar para que o ensino se torne mais produtivo e de melhor qualidade através de uma sólida formação dos professores de 1º e 2º graus.

Bibliografia

- Associação Nacional de Educação (ANDE). **A formação do Educador**. 1981.
- Cadernos do CEDES. **A formação do educador em debate**. Autores associados/ Cortez/SP - 1981 - Ano 01 n° 2.
- Cadernos do CEDES. **Especialistas do ensino em questão**. Autores Associados/ Cortez/SP. 1982, n° 6.
- CANDAU, Vera Maria. **A didática e a formação de educadores: da exaltação à negação - a busca da relevância**. Texto apresentado no seminário: A Didática em Questão . RJ. 1982. exemplar mimeografado.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã. O ensino superior da colônia à era de Vargas**. Ed. Civilização Brasileira. SP. 1980.
- KUENZER, A. e LUCÍLIA, Machado. **Tecnologia Educacional: solução para a pedagogia das camadas populares** ? exemplar mimeografado.
- LODI, Lúcia Helena. **O conservadorismo pedagógico na formação do professor**. Tese de Mestrado. USP/SP. 1981.
- LUCKESE, Cipriano Carlos. **O papel da didática na formação do educador**. Texto apresentado no seminário: A Didática em Questão. 1982. exemplar mimeografado.

MELLO, Guiomar Namó de, e outros. **As atuais condições de formação do professor de 1º grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação in Em Aberto.** Brasília, MEC/INEP, ano I, nº 8. 1982.

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º Grau: Da competência técnica ao compromisso político.** Autores Associados/ Cortez/SP. 1982.

PETIT, Vincent. **As contradições de A Reprodução.** Cadernos de Pesquisa nº 43. Fundação Carlos Chagas, SP, novembro/82.

PINTO, Alvaro Viera. **Ciência e Existência.** Editora Paz e Terra. RJ. 1979.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Ed. Paz e Terra, RJ. 1977.

Proposta Alternativa para a reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura. (anteprojetos). Comitê pró-reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura - Regional de SP/1981.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Editora Vozes Ltda. Petrópolis. 1980.

SALGADO, Maria Umbelina Gaiafa. **O papel da didática na formação do professor.** Revista da ANDE. nº 4. 1982.

SAVIANI, Dermeval. **Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nº 5540/68 e 5692/71.** In, Educação: Do senso comum a consciência filosófica. Ed. Cortez e Autores Associados/SP. 1980.

. **Escola e Democracia - ou Teoria da Curvatura da Vara.** Revista da ANDE nº 1. SP, 1981.

. **Escola e Democracia - para além da teoria da curvatura da vara.** Revista da ANDE nº 3. SP, 1982.

. **As teorias da Educação e o problema da marginalidade na América Latina.** Caderno de Pesquisa nº 42. Fundação Carlos Chagas. SP. Agosto/82.

WARDE, Mirian Jorge. **A universidade e formação de professores para educação geral no ensino de 1º e 2º graus.** Educação Brasileira nº 5. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Brasília. 1980.

Bibliografia Específica

ALVES, Gilberto Luiz. **O ensino em Mato Grosso.** SEC/PIEMAT. 71/75-5.1.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Instituto Nacional do Livro. RJ. 1969.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso.** Ed. Rio Bonito. Goiânia/GO. 1970.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Publicação da SEC. 1963. MT.

MENDONÇA, Rubens de. **Evolução do Ensino em Mato Grosso**. MT. 1977.

MOURA, Carlos Francisco. **O ensino em Mato Grosso nos séculos XVIII e início do XIX**. Separata de *Convergência* - revista cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português da Leitura. Ano II, n° 3, RJ. 1977.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão histórica - 1892 - 1977)**. Dissertação de Mestrado. PUC/ Porto Alegre/ RS. 1982.

Legislação

Lei n° 4024/61 - Diretrizes e Bases da Educação - Do ensino de 1º grau: Legislação e Pareceres - MEC - CODEPES. Brasília/DF. 1979.

Lei n° 5540/68 - Lex Legislação Federal, pp. 1433/1440 - MEC. Brasília/DF. 1969.

Lei n° 5692/71 - in, Coleção AEC, SP, Caderno n° 4/71.

Parecer n° 292/62. Documenta (10), pp. 95 a 101.

Parecer n° 672/69 - Documenta (105), pp. 117 a 119.